

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 18 DE JUNHO DE 2014**-----
3 -----**ATA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E CATORZE**-----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha. -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----
10 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----
11 - Joaquim Marcos Henriques Rodrigues;-----
12 - José Victor Ribeiro Silva; -----
13 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----
14 - José Pires;-----
15 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
16 - Maria Helena Rebelo Santos; -----
17 - Nuno José Mendes Teixeira Correia;-----
18 - António Fernando Lopes;-----
19 - Rute Isabel Brazão Correia;-----
20 - Luis Francisco Campos Silva; -----
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----
22 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus;-----
23 - Maria da Graça Romão Jesus Rua; -----
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola Santos; -----
26 - José Henrique Silva Santos;-----
27 - Maria Fernanda Quadros Figueiredo Dantas;-----
28 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
29 - José Alberto Simões Rocha;-----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
31 Júnior; ---- -----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira;-----
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva;-----
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos;-----
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra;-----
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

44 - Chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António Pardal
45 Dias Jorge; -----
46 - Chefe da divisão financeira e Administrativa Regina Paula Jesus Aires; -----
47 -----Pelas 21:35 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou
48 a sessão aberta. -----
49 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
50 -----ATA 03/2014: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria
51 com vinte e três votos a favor e duas abstenções aprovar a ata n.º 03/2014, da reunião
52 de 10 de Abril de 2014. -----
53 -----EXPEDIENTE: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o
54 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão
55 ordinária. -----
56 -----RECOMENDAÇÃO: O senhor José Pires apresentou a seguinte
57 recomendação: “aproveitando algumas ideias e opiniões que andam aí pelo ar, uma
58 boa ideia para o Bombarral era a feira de 23 passar a ser feita desde a Rua
59 Casimiro da Silva Marques, Rua Júlio Tornelli até à Rua madre Deus, assim
60 teríamos a feira dentro da vila, algo que se faz em todas as cidades e capitais de
61 muitos países, trazendo assim gente à vila e localizávamos a mesma num local
62 aprazível e que passava a ter vida, ficando perto dos transportes CP e Rodoviária e
63 com estacionamento nos terrenos da Ágria (zona de comércio e de serviços do
64 outro lado da linha da CP). O executivo deveria tomar uma decisão para mudar a
65 feira do campo da bola que não tem condições para tal acontecimento,
66 particularmente durante o inverno e mesmo quando não chove tal sítio é discutível
67 em termos de segurança e acesso. Uma decisão sobre um aspecto importante para
68 o Bombarral não deveria durar mais do que umas quatro semanas.” -----
69 -----O senhor José Pires disse não serem precisos grandes estudos para se
70 saber que a feira do 23 é importante para o Bombarral e que não devia ser realizada
71 no campo de jogos do Sport Clube Escolar Bombarralense.-----
72 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) questionou se esta proposta visa que a
73 Câmara Municipal actue e resolva o problema ou se é para ser no local proposto.---
74 -----O senhor José Pires disse que o objectivo é resolver a questão o mais
75 rapidamente possível.-----
76 -----A senhora D. Helena Santos (PS) considerou que a proposta tem alguma
77 razão de ser, sendo importante estudar a localização da feira. Lembrou que a feira
78 se realiza nas actuais condições desde Setembro mas o problema vem desde a
79 construção do centro escolar. É importante que este assunto seja debatido e
80 resolvido rapidamente.-----
81 -----O senhor José Victor Silva (PS) pediu que o senhor Presidente da
82 Câmara os coloque a par da situação real e se o acordo com o Bombarralense vai
83 durar mais tempo ou se a é uma situação provisória. Solicitou igualmente
84 informação sobre quais as demarches desenvolvidas para encontrar uma solução
85 definitiva para a localização da feira.-----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

86 -----O senhor Presidente da Câmara considerou a questão pertinente na
87 medida em que os tem preocupado a todos. Lembrou que a feira passou da Praça
88 da República para o local onde hoje está o centro escolar. Como o centro escolar
89 teve de ser construído tiveram que encontrar outra solução. Se tiram a feira da vila
90 estão a acabar com o comércio local, mas a malha urbana é muito limitada em
91 termos de espaço. A avenida da estação, o terreno junto ao centro de saúde e o
92 calçada junto ao Modelo são as situações possíveis. A avenida da estação não
93 pode ser mais do que uma solução provisória porque é uma avenida histórica que
94 deverá ter o seu património requalificado, pelo que temos de reflectir bem. O
95 presidente da Câmara de há três mandatos preconizou um espaço junto ao centro
96 de saúde e é aí que estão centrados. Sendo a actual uma situação provisória que
97 não está a resultar em pleno, sairão dela tão breve quanto possível. -----

98 -----O senhor José Pires disse que a avenida da estação está a cair por todo o
99 lado, mas há centros históricos em diversas cidades no mundo onde se realizam
100 feiras. O erro é continuar a manter a feira no campo de jogos.-----

101 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a recomendação supra transcrita.
102 -----MOÇÃO: O grupo municipal do PSD apresentou a seguinte moção:
103 “considerando: -----

104 - O surgimento da intenção de instalação de novas empresas no nosso concelho, a
105 par da existência de situações de legalização pendentes por parte de outras e que
106 necessitam da regularização da sua situação para a obtenção de licenças de
107 produção; -----

108 - A possibilidade de ampliação de empresas já instaladas torna-se imprescindível
109 neste momento. As empresas instaladas que necessitando de crescer, quer por
110 aumento de produção quer por aumento de valências, deverão ter essa
111 oportunidade. Não é no momento actual espectável a deslocalização de empresas
112 com investimentos já realizados. O concelho do Bombarral deve ter em
113 consideração também a génese de grande parte das nossas empresas: o tecido
114 empresarial, sem grande poder económico de investimento inicial, inicia a actividade
115 em construções ou terrenos próprios. Essas instalações iniciais vão sendo
116 aumentadas com o tempo, de forma legal ou parcialmente ilegal, sendo que o
117 investimento foi sendo realizado de acordo com o crescimento das mesmas,
118 sobretudo nas zonas rurais, em que o início da actividade se prende
119 maioritariamente com a actividade agrícola. -----

120 - Com o crescimento “explosivo” da produção de pêssego no concelho nos últimos
121 anos e a possibilidade de conservação das mesmas em atmosfera controlada
122 durante 12 meses, a ampliação das instalações existentes a este nível é
123 incontornável. Contudo a sua localização em zonas rurais, e consequentemente em
124 classificações de espaço agrícolas no regulamento do PDM são incompatíveis,
125 tornando-se este instrumento castrador para qualquer intenção de investimento no
126 nosso concelho ou mesmo somente para a correcção dos inúmeros erros iniciais
127 deste regulamento municipal, bem como foi este cenário que originou o crescimento
128 de inúmeras construções ilegais no nosso concelho. -----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

129 -----Assim torna-se tarefa prioritária a conclusão da revisão do PDM, pelas
130 razões atrás referidas devendo ter esta assembleia a última palavra na aprovação
131 do referido documento. -----

132 -----Desta forma vem o grupo do PSD propor a criação de um grupo de
133 trabalho, pelo prazo de um ano, para acompanhamento da citada revisão, grupo
134 este composto por dois elementos da Assembleia Municipal, dois elementos do
135 executivo municipal e dois técnicos municipais, reunindo com uma periodicidade
136 mensal.”-- -----

137 -----O senhor José Rocha (PS) disse que o texto da proposta é um pouco
138 complicado mas que entendem é que se pretende rever o PDM, o que é positivo,
139 não compreendem é que no final se proponha uma comissão excluindo forças
140 partidárias, pensando que isso devia ser retirado.-----

141 -----O senhor José Pires considerou que a proposta tem toda a validade, o
142 erro é definir a comissão. Se não for aberta a outros partidos é algo bastante errado
143 e estamos a defender o clubismo. -----

144 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) concordou com as intervenções
145 anteriores, perguntando como deve ser feita a eleição dos dois elementos da
146 Assembleia Municipal. -----

147 -----O senhor Fernando Lopes (PS) considerou que esta proposta está
148 confusa mas na essência é a criação de um grupo. Pergunta se esta proposta é
149 admissível antes da ordem do dia ou se deve ser apreciada no final da ordem do
150 dia. Tendo a Assembleia Municipal apenas dois elementos haverá dois partidos
151 excluídos. -----

152 -----O senhor Luis Campos (PSD) lembrou que o nosso PDM está em revisão
153 há 15 ou 16 anos passando por sucessivos mandatos. O PDM em vigor é
154 constrangedor da evolução das empresas e para os munícipes cujas casas foram
155 crescendo. O PDM inicial foi mal feito e tem de ser corrigido. Sabe que já foram
156 desenvolvidas algumas demarches em relação á cartografia. Sendo a Assembleia
157 Municipal que aprova a revisão deve haver uma interacção com o executivo e com
158 os técnicos para perceberem o caminho que está a ser trilhado e não se cair nos
159 mesmos erros. O que é proposto é um grupo de trabalho e como tal não se recebem
160 senhas de presença. Acha que não há exclusão de ninguém, quanto mais pessoas
161 menos se faz. -----

162 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que esta proposta não é mais do
163 que uma crítica à inércia do actual executivo. Não cabe à Assembleia Municipal
164 nomear um grupo de trabalho para se substituir a uma competência que é da
165 Câmara Municipal. Esta alteração do PDM vai envolver elementos técnicos e não
166 políticos e a envolvência política deve ser dada na Câmara Municipal pelo que esta
167 é uma proposta extemporânea, tanto mais que há uma comissão permanente que
168 por motivos financeiros não tem reunido e a quem caberia abordar estes e outros
169 assuntos. O PS nunca irá alinhar em grupos de trabalho em que não estejam todos
170 os elementos das forças políticas que fazem parte desta Assembleia Municipal. Não
171 contem com o PS para estas tomadas de iniciativa. -----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

172 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que este é um tipo de discurso
173 já ultrapassado e para o qual não tem paciência. Só não percebe quem não está a
174 par da situação. O que o senhor José Victor Silva quer é que continue tudo na
175 mesma. O grupo de trabalho do RMOU funcionou muito bem e enquanto
176 bombarralense gosta de dar a sua opinião política. Devemos acompanhar o que
177 está a ser feito. Se o PS não quer fazer ele e o PSD querem fazer. Se o problema é
178 faltarem dois partidos acrescentam-se mais duas pessoas na proposta, mas depois
179 quer ver quem vai às reuniões. -----

180 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se faça um
181 intervalo de cinco minutos, apelando a que um documento tão importante como a
182 revisão do PDM tenha a participação de todos os partidos. O entendimento da mesa
183 é que o grupo de trabalho faça recomendações ao executivo. -----

184 -----O senhor José Pires disse que é de facto difícil numa Assembleia
185 Municipal tão pequena chegar a uma conclusão por mais importante que seja e
186 fazer a revisão do PDM é urgente. A ideia é boa mas podiam ter formulado melhor a
187 composição do grupo de trabalho. Concorda totalmente com a proposta do senhor
188 Presidente da Assembleia Municipal. -----

189 -----O senhor Luis Biscaia (PSD) disse que a preocupação do PSD
190 basicamente tem a ver com os constrangimentos que as empresas do Bombarral
191 sentem com o atraso na revisão do PDM. Serem 2, 3 ou 4 pessoas é indiferente
192 porque a preocupação deles não é essa. O Bombarral não precisa que se discuta se
193 há ou não senhas de presença, mas sim a revisão rápida do PDM. -----

194 -----INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO: Pelas 22:20 horas foi a reunião
195 interrompida por cinco minutos. -----

196 -----Pelas 22:32 horas foi a reunião reatada. -----

197 -----Foi comunicada a alteração da moção passando o grupo de trabalho a ser
198 composto por um elemento de cada partido representado na Assembleia Municipal.

199 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o grupo de trabalho que se
200 quer criar será bem-vindo como foi o do RMOU. Está em curso um processo de
201 alteração pontual ao PDM para instalação do parque temático. A empresa que
202 estava a tratar da revisão do PDM entrou em falência pelo que o processo ficou
203 impedido de continuar. Estão em fase de aquisição de cartografia e o processo irá
204 ser retomado. -----

205 -----A senhora Fernanda Quadros (CDS) disse que o CDS apesar de
206 concordar com a necessidade de revisão do PDM vai-se abster por não concordar
207 com os termos da proposta. -----

208 -----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (12 do PSD, 7 do PS, 3
209 da CDU e 1 do eleito independente) e 2 abstenções (2 do CDS) aprovar a moção
210 supra transcrita. -----

211 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

212 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse estar explicitado no regimento
213 que as reuniões devem ser preferencialmente às sextas-feiras e até hoje só 14%

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

214 das mesmas ocorreram nesse dia da semana. Amanhã é dia de trabalho e quem é
215 deslocado tem de percorrer grandes distâncias para vir à Assembleia Municipal. ----
216 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) leu o seguinte comunicado conjunto PS
217 – CDU: “tendo em conta a importância, o respeito e solenidade devidas às
218 comemorações do centenário do concelho do Bombarral. Tendo em conta a
219 preparação completamente inadequada, a ausência de actividade e espírito de
220 iniciativa. Tendo em conta as poucas ou nenhuma reuniões, agenda estipulada e
221 não cumprida, a falta de comunicação com os membros da comissão, e, tendo em
222 consideração que as resoluções das poucas reuniões da comissão não foram
223 colocadas em prática, visto que as actividades enunciadas na comunicação social e
224 divulgadas à população não estão a ser efectuadas. Por último estão a ser tomadas
225 decisões relativas à comemoração do centenário não tendo sido convocada esta
226 comissão para dar o seu parecer no que concerne à lista agora divulgada de
227 atribuição de medalhas, não havendo conhecimento algum sobre critérios de
228 selecção. Não se entende como é possível (sem desprimor das pessoas e
229 instituições nomeadas), certas atribuições extemporâneas, esquecendo
230 bombarralenses que pelo seu mérito, trabalho e capacidade se distinguiram e
231 distinguem por esse mundo fora, assim como aqueles que fizeram o Bombarral
232 nascer e crescer ao longo destes 100 anos. Assim os elementos representantes do
233 PS e CDU na comissão das comemorações entendem que, quer política quer
234 socialmente, não podem estar ligados a uma comissão inerte, não prestigiando o
235 Bombarral e os bombarralenses, demitindo-se sem que os respectivos partidos
236 indiquem substitutos.” -----
237 -----O senhor Presidente da Câmara disse que temos aqui o maior exemplo
238 do que é o dar as mãos numa situação tão importante como o centenário da criação
239 do concelho do Bombarral. Todos são sabedores dos constrangimentos financeiros.
240 Convidou todos a compararem o nosso programa com os dos outros concelhos que
241 fazem este ano cem anos. Nós temos um programa condigno. Quanto à atribuição
242 de medalhas não estão a atribuir medalhas, o que o Município vai fazer é ofertar
243 medalhas e os critérios são do Presidente da Câmara que apenas teria de dar
244 conhecimento à Câmara Municipal. -----
245 -----O senhor Luis Biscaia (PSD) efectuou a seguinte intervenção: “Os
246 elementos do PSD do Bombarral nesta Assembleia Municipal: Congratulam-se pelos
247 resultados eleitorais, obtidos pela Aliança Portugal no concelho do Bombarral, com
248 uma vitória eleitoral clara nas eleições Europeias do Passado dia 25 de Maio, em
249 relação ao segundo partido que foi mais uma vez o Partido Socialista. Agradecer o
250 apoio de todos os cidadãos, que no concelho do Bombarral votaram
251 maioritariamente na Aliança Portugal. Registrar como muita positiva a colaboração
252 nesta campanha eleitoral, no concelho do Bombarral entre o CDS/PP e o PPD/PSD.
253 Registrar que o Partido Socialista, no concelho do Bombarral, em sete meses, sofreu
254 duas derrotas eleitorais (eleições Autárquicas e eleições Europeias), o que vem
255 confirmar, que os Bombarralenses não se revêm, nos seus candidatos e nas suas
256 propostas.” -----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

257 -----O senhor José Pires disse continuar a não perceber como é possível no
258 século XXI na Europa um executivo não ser capaz de dialogar com outras forças
259 políticas. Salvador Carvalho dos Santos no tempo do fascismo trabalhou até com
260 comunistas e fez o Bombarral desenvolver-se.-----

261 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que o PCP e Os Verdes se
262 congratulam por terem sido os partidos que mais cresceram nas últimas eleições
263 europeias. Quanto ao comunicado conjunto lido pelo senhor Ricardo Fernandes,
264 disse que a decisão parte dele e do senhor Ricardo Fernandes com o apoio dos
265 respectivos partidos. Não põe em causa o programa não ser muito pomposo mas
266 sim o estarem numa comissão que não reúne, não participa e não é chamada.
267 Como a comissão é inerte e obsoleta não podem participar nela. Disse não ter sido
268 a CDU que faltou a reuniões de comissão e que na Columbeira teve dois órgãos
269 com duas pessoas para a fotografia. Não é um yes man e a CDU está aqui para
270 trabalhar. -----

271 -----**PROPOSTA DE 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES** 272 **DO PLANO 2014:**-----

273 -----O senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação da proposta de
274 2.ª revisão ao orçamento e grandes opções do plano 2014.-----

275 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que o senhor Presidente da
276 Câmara vai retirar dinheiro de capital para reforçar rubricas correntes. Esta proposta
277 tem uma vantagem que é resolver a carência de pessoal na área da educação mas
278 o senhor Presidente da Câmara disse que tinha um orçamento realista e seis meses
279 depois já vão na segunda revisão orçamental. -----

280 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) efectuou duas ressalvas. Acha que a
281 educação é uma área nevrálgica sendo de aplaudir a abertura de lugares mas é de
282 notar o enfraquecimento no sector das águas. Parece a história da manta curta. No
283 âmbito da cativação do saldo da gerência para a decisão do Tribunal Constitucional,
284 pergunta como se chegou a este valor. -----

285 -----O senhor Presidente da Câmara disse que orçamentos realistas, na sua
286 pura essência, não existem. Os orçamentos são previsões e estes instrumentos
287 contabilísticos existem para as sucessivas correcções. A manta é curta e não temos
288 de o esconder. Neste momento vão socorrer uma situação que tem necessidade de
289 ser reforçada. O sector das águas também será tratado convenientemente.-----

290 -----Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS)
291 e 11 abstenções (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito independente) aprovar a 2.ª
292 revisão ao orçamento e grandes opções do plano 2014. -----

293 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

294 -----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL:** -----

295 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “A informação n.º
296 8/2014 datada de 26 de Maio, elaborada pelo sector da educação, desporto e
297 juventude, refere que o número de assistentes operacionais a prestar serviço nos
298 estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico sob
299 administração municipal é insuficiente para fazer face às necessidades diárias e

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

300 permanentes; O mapa de pessoal aprovado não previa postos de trabalho a
301 preencher em 2014 para reforço do pessoal afecto à educação. No entanto existem
302 previstos e não ocupados 4 lugares de assistentes operacionais para a divisão de
303 obras, planeamento, ambiente e águas, os quais se admite poderem não vir a ser
304 totalmente preenchidos durante o corrente ano. Assim e considerando a
305 necessidade demonstrada pelo sector da educação, desporto e juventude justifica-
306 se proceder à alteração do mapa de pessoal, pelo que a Câmara Municipal do
307 Bombarral, em sua reunião do dia 06 de Junho de 2014, deliberou submeter à
308 aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do previsto na
309 alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, a alteração do Mapa de
310 Pessoal do serviços municipais conforme documentação em anexo.” -----

311 -----A senhora D. Helena Santos (PS) referiu que: “O Mapa de pessoal não
312 previa postos de trabalho a preencher em 2014 para o sector da Educação. No
313 entanto existem previstos e não ocupados 4 lugares de assistentes operacionais
314 para a divisão de obras, os quais se admite poderem não vir a ser totalmente
315 ocupados.” Diz o senhor presidente na proposta que trás a esta assembleia. A
316 estrutura orgânica e respectivo mapa de pessoal são documentos que se elaboram
317 anualmente e decorrem da estratégia que se pretende para o concelho. Esta é a
318 terceira tentativa para acertar o passo ao mapa de pessoal. Com mais esta
319 alteração ao mapa de pessoal fica demonstrado que não há estratégia, nem visão
320 para os destinos do concelho, naquilo que são as funções públicas e
321 responsabilidades da autarquia. Mas, com esta alteração ao mapa de pessoal faz-se
322 alguma justiça ao sector da educação e dá-se o primeiro passo para eliminar e
323 solucionar o problema da falta de pessoal na área de educação. Acabando,
324 esperávamos nós, com a exploração que se tem vindo a efectuar ao longo dos
325 últimos anos usando CEI’s para funções que são de carácter permanente. Não que
326 a educação se tenha tornado prioritária aos olhos desta Câmara, porque nunca foi, o
327 facto é que para o sector das águas estão para entrar dois CEI’s. -----

328 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não há margem para colmatar
329 facilmente as questões que se prendem com o recrutamento. -----

330 -----Foi deliberado por maioria com 22 votos a favor (12 do PSD, 7 do PS, 2
331 do CDS e 1 do eleito independente) e 3 abstenções (3 da CDU) aprovar a proposta
332 supra transcrita.-----

333 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

334 -----**INFORMAÇÃO N.º 29/RH-2014 – RECRUTAMENTO DE**
335 **TRABALHADORES – AUTORIZAÇÃO DO ORGÃO DELIBERATIVO – ARTIGO**
336 **64.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO (LOE PARA 2014): -----**

337 -----Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “1 - A Câmara
338 Municipal de Bombarral, tendo em vista o recrutamento de 3 trabalhadores
339 necessários à ocupação de postos de trabalho, criados e não ocupados, para
340 constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado,
341 reconheceu em sua reunião de 06 de Junho de 2014 a excecionalidade deste
342 recrutamento por se encontrarem verificados os requisitos cumulativos das alíneas

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

343 b), d) e e) do n.º 2 do art. 48.º da LOE de 2014, conjugados com as alíneas a) e b)
344 do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE), conforme
345 considerandos supra, para os postos de trabalho assim discriminados: - Divisão do
346 Potencial Humano e Administração Geral – Educação (3 postos de trabalho –
347 Assistente Operacional). 2 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou, também,
348 em linha com os princípios da eficiência e economia que devem nortear a actividade
349 municipal, e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de
350 27 de fevereiro (LVCR), na atual redação, conjugado com o disposto no artigo 64.º,
351 nº 2 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE), que, em caso de
352 impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a trabalhadores
353 detentores da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado
354 previamente estabelecida – em situação ou não de requalificação – se proceda ao
355 recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo
356 determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público
357 previamente estabelecida. 3 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou,
358 finalmente, nos termos e para os efeitos do disposto no citado n.º 2 do artigo 64.º da
359 Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE), remeter o procedimento à Assembleia
360 Municipal para a competente autorização de recrutamento nos termos e condições
361 constantes da informação n.º 29/RH-2014.”-----
362 -----O senhor Presidente da Câmara disse que trazem este pedido a título
363 excepcional caso não seja possível preencher três lugares com pessoal com vínculo
364 se possa recrutar pessoal sem vínculo. -----
365 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) solicitou parecer técnico sobre a
366 questão dos fundos disponíveis. -----
367 -----A senhora D. Helena Santos (PS) disse que: No ponto 3 da proposta do
368 Sr. presidente, o Sr. presidente assume que “finalmente” deliberou remeter a esta
369 Assembleia a abertura de concurso para 3 lugares para a educação. Nós também
370 afirmamos; Finalmente! Finalmente é proposto postos de trabalho legítimos, com
371 dignidade e permanência. O que nós vimos nos últimos dois anos lectivos foi o
372 recurso abusivo a CEI’s. Que, não podendo a Câmara Municipal do Bombarral fazê-
373 lo directamente por serem ex-funcionárias do município, usaram a vassalagem de
374 associações/instituições do concelho como barriga de aluguer. A recurso à utilização
375 de CEI’s está previsto na lei, mas isso não impede que seja uma injustiça,
376 principalmente quando à abusos e exploração escravagista, com falsas promessas
377 de garantia de emprego permanente. Com essas falsas promessas, trabalhadoras
378 iniciaram funções no centro educativo sem que estivesse protocolado ou assinado
379 qualquer contrato entre o IEFP, o Município ou as trabalhadoras. Quando a questão
380 foi levantada por um munícipe, foi feita à pressa uma declaração e assinada pelas
381 trabalhadoras em como estavam a trabalhar em regime de Voluntariado!
382 Prometeram-lhes repor a remuneração por esse “voluntariado”. Ficamos todos a
383 aguardar, para ver, como essa promessa vai ser cumprida. Como lhes vão pagar
384 esse tempo. Nesta Assembleia e na reunião de Câmara os eleitos do PS, várias
385 vezes apelaram para que não se continuasse com esta prática. Mais recentemente,

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

386 veio a lume pela imprensa, alguns destes procedimentos do município. Deu-se início
387 por parte de pessoas com responsabilidades na gestão do município a uma
388 campanha de, chamemos-lhe de mal dizer, maledicência e contra-informação;
389 tentando ostracizar a dirigente sindical que prestou declarações à LUSA. E para que
390 fique claro foi a dirigente do STAL que respondeu às questões da jornalista! Não foi
391 a Funcionária do Município do Bombarral, nem foi o PS. Assim como nenhuma
392 destas organizações, fez uma participação ao IEFP. Todos sabemos que os
393 recrutamentos para a função pública estão muito dificultados! Mas o orçamento de
394 estado para 2014, assim como os anteriores, não impossibilitam recrutamentos para
395 o sector da Educação. Se, recrutamento não houve, foi porque os senhores não
396 quiseram. Era mais cómodo, mais barato o uso e abuso de CEI's. O PS do
397 Bombarral congratula-se por, finalmente, se recrutar pessoal para a educação. -----
398 -----O senhor Presidente da Câmara disse que nesta fase não está em causa
399 qualquer aprovação de fundos disponíveis. -----
400 -----Por solicitação do senhor Presidente da Câmara o senhor Chefe da
401 Divisão do Potencial Humano e Administração Geral reiterou o que já transmitira à
402 Assembleia Municipal em sessões anteriores, relativamente a recrutamentos de
403 trabalhadores com pressupostos e enquadramento de facto e de direito
404 semelhantes. E, nesse sentido, salientou que o que está em discussão na
405 Assembleia, neste momento, é, apenas e tão só, a autorização do órgão para, no
406 caso de não ser possível os lugares serem preenchidos através de pessoal com
407 vínculo, possa haver recrutamento de pessoal que não tenha esse vínculo. A
408 Assembleia Municipal delibera de acordo com um conjunto de requisitos cumulativos
409 constantes do artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado que citou. Não se exigindo
410 nesses requisitos declaração de cabimento orçamental, onde se justificaria os
411 fundos disponíveis, mas tão só a comprovação da sua previsão em rubrica
412 orçamental adequada Diferente será quando se decidir a abertura em concreto do
413 procedimento concursal, cuja competência pertence ao executivo municipal e não
414 ao órgão deliberativo. -----
415 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a medida CEI é um modo de
416 ocupar pessoas em situação de desemprego permitindo-lhes aumentar os
417 rendimentos. Não é uma originalidade específica do Bombarral, havendo freguesias
418 que superam dez vezes o número de CEI's do Bombarral. Como não podiam fazê-lo
419 directamente para manter as pessoas que tinham provas dadas, sob orientação das
420 entidades competentes, fizeram-no através de associações que sabem o que é ser
421 parceiros. São pessoas com o perfil adequado. A abertura de concurso não tem sido
422 possível por razões financeiras e também queríamos monitorizar as necessidades
423 em termos do centro educativo. Estão agora em condições de abrir três lugares com
424 base nos indicadores que chegaram. Quanto aos CEI's, enquanto legais, serão
425 sempre melhores que o desemprego, apesar dos sindicatos serem alérgicos. -----
426 -----A senhora D. Helena Santos (PS) lembrou que disse que o recurso a
427 CEI's está previsto na lei, mas é uma injustiça e as pessoas são exploradas. É
428 particularmente corrente em autarquias, mas é aqui que mora e que a entristece ver

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

429 o abuso que é feito. Os sindicatos defendem o emprego permanente e com
430 qualidade e não a precariedade. -----

431 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que a CDU concorda em
432 completo com a intervenção da D. Helena Santos. Em relação à questão legal, é por
433 não serem juristas que colocou a questão dos fundos disponíveis. Segundo
434 entendeu não é preciso haver fundos disponíveis e quer que esta informação
435 técnica conste da acta pois é com base na mesma que a CDU vai fazer a sua
436 votação.-- -----

437 -----Por solicitação do senhor Presidente da Câmara o senhor chefe da
438 divisão do potencial humano e administração Geral voltou a intervir para clarificar
439 que o que disse é que neste momento, estando apenas a sujeitar-se a deliberação
440 da Assembleia Municipal a autorização excepcional prevista na lei do Orçamento de
441 Estado e tendo essa lei um conjunto de requisitos cumulativos de onde, em seu
442 entender, não consta a demonstração da existência ou não de fundos disponíveis,
443 entende que se a lei não o exige a Assembleia Municipal não necessita, nesta fase
444 dessa informação. O que não significa que no momento próprio, como já explanado,
445 aqueles fundos não tenham de ser verificados. -----

446 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra
447 transcrita. -----

448 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E** 449 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** -----

450 -----O senhor Presidente da Câmara informou que a dívida a fornecedores é
451 de € 1.528.210,77 e as facturas em conferência são no valor de €34.501,33, a dívida
452 à banca é de € 3.140.218,32, pelo que a dívida total é de € 4.702.930,42 a dívida
453 com efeitos 2015 / 2017 é de € 1.338.389,38, o que perfaz um total de €
454 6.041.319,80.-----

455 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) solicitou informação sobre qual o valor
456 de fundos disponíveis negativos na presente data. A meio do ano só temos 30% da
457 receita prevista e que não era nada empolado, e isto sucede talvez por se incluírem
458 situações como as vendas de terrenos que sabiam à partida que não são
459 concretizáveis. Mais uma vez não existem obras a decorrer, o que estamos a pagar
460 são obras anteriores. Perguntou qual a estratégia para criar investimento. Estamos
461 num ano de contenção mas é preciso gerar receitas. Às Águas do Oeste, OesteCIM,
462 Estradas de Portugal e Valorsul, temos dívidas diferidas mas continuamos com
463 dívida acumulada, pelo que perguntou qual a solução para isto. Quanto aos
464 protocolos com os bombeiros voluntários e com a União Cultural e Recreativa do
465 Bombarral continua uma dívida elevada, pelo que questiona quando se tenciona
466 pagar.-----

467 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse quando antes do início da sessão
468 lhe entregaram uma folha para complementar a informação pensou que era para
469 justificar a existência quatro pessoas a tempo inteiro mas afinal era só para justificar
470 a redução das percentagens dos processos de obras entrados. Qualquer Junta de
471 Freguesia faz muito mais do que esta Câmara Municipal em termos de obras neste

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

472 período. A actividade da Câmara Municipal limita-se à actividade de uma Junta de
473 Freguesia pequena. O resto da actividade limita-se ao número de documentos
474 entrados, quantas pessoas foram à piscina e ao espaço internet e à actividade do
475 gabinete de comunicação e imagem. Isto é muito pouco e quase nada. O senhor
476 Presidente da Câmara nos elementos que leu, esqueceu-se de chegar ao fim
477 porque a dívida é de € 10.000.000. Era importante o senhor Presidente da Câmara
478 explicar como é que faz tão pouco tem uma dívida deste valor. Solicitou
479 esclarecimentos sobre a dívida à Pisoeste, se tem de ser paga no prazo de um ano
480 ou se o Bombarral não quer beneficiar da prorrogação de mais um ano para libertar
481 alguns meios financeiros. Referiu as dívidas existentes às colectividades que
482 continuam a dinamizar o concelho e de que o senhor Presidente da Câmara se
483 serve para a sua informação, mas a quem não dá qualquer subsídio. Na informação
484 do contencioso há uma discrepância em relação às provisões para processos,
485 algumas das quais não existem no balancete. Há uma dívida às Construções J.
486 Coutinho S.A. que tem a informação de que foi acordada uma redução da dívida
487 mas esse valor não aparece no balancete. A lei das finanças locais criou n o artigo
488 62.º o FAM, esperando que seja do conhecimento do senhor Presidente da Câmara
489 que a partir de 2015 a Câmara Municipal do Bombarral tem de arcar com cerca de €
490 624.509 para este fundo. Tendo em conta que este valor é retido na fonte de
491 cobrança do IMI pergunta como vai a Câmara Municipal resolver este problema. ----
492 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) renovou os pedidos de informação
493 sobre a central de massas asfálticas, Rua Forno da Telha, Av. Daniel Pires e
494 armazéns municipais. Pensava que viriam projectos para a Rua do Comércio e
495 Praça do Municipio mas não vem nada.-----
496 -----O senhor Fernando Lopes (PS) solicitou informação sobre a instauração
497 da providência cautelar relativa ao tribunal do Bombarral, que não consta desta
498 informação. Disse que a Câmara Municipal não vai perder todos os processos do
499 contencioso mas alguns pode perder e pode haver acordos, mas os valores não
500 estão a ser contabilizados como deviam porque a Câmara Municipal vai pagar juros
501 desde a citação. -----
502 -----O senhor Presidente da Câmara informou que neste momento o saldo de
503 fundos disponíveis negativos é de € 1.413.000. A receita não tem empolamento e o
504 estarmos a pagar obras é muito bom porque nem todos os Municípios estão em fase
505 final de pagamento. Não continuamos a aumentar a dívida, estamos a recuperar a
506 dívida e os compromissos com protocolos, o que nunca aconteceria se não fosse
507 um grande esforço da nossa parte. Considerou que o senhor José Victor Silva com
508 a depreciação feita ao trabalho dos funcionários, não queria dizer que os mesmos
509 não ocorrem a toda e qualquer solicitação. Em relação á última informação houve
510 uma redução da dívida no montante de € 704.608,69, o que é bastante notório e
511 positivo, caminhando o Municipio para estar bem tão breve quanto possível. Quanto
512 à Pisoeste, disse haver cerca de meio milhão de euros que a Lourinhã tem de
513 pagar, mas nós só temos de pagar 87 mil euros. Quanto às dívidas às
514 colectividades disse que temos colaborado na medida do possível. As expectativas

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

515 sempre foram mais altas do que a capacidade do Município. Para pagar todos os
516 compromissos do passado não se podem comprometer no presente com o que as
517 colectividades gostariam. Quanto aos processos em contencioso, existem processos
518 que se arrastam há anos e que têm tido o acompanhamento jurídico adequado.
519 Sobre o FAM disse ser uma questão que os preocupa. Disse que ponderaram
520 recorrer ao PAEL mas por força das penalizações recuaram. A ANMP disse que
521 passou o pagamento de 5 para 7 anos mas ainda não estão determinadas todas as
522 regras pelo que vão aguardar. Informou que o projecto da Av. Daniel Pires já está
523 concluído e foi presente em reunião de Câmara. Quanto á providência cautelar está
524 em curso o cumprimento do determinado, aguardando que o gabinete jurídico que
525 dá apoio à autarquia desenvolva todos os procedimentos, lendo a seguinte
526 informação do referido gabinete: “O Município tem envidado os mais extensos
527 esforços no sentido de acautelar o bom cumprimento das medidas adoptadas por
528 força da deliberação tomada na Assembleia de 27 de Fevereiro de 2014. Estão em
529 curso as necessárias diligências, estudos e pareceres absolutamente necessários e
530 imprescindíveis para assegurar a boa execução das mesmas. Com efeito, para a
531 competente propositura, em nome do Município, da providência cautelar destinada a
532 impedir o encerramento do Tribunal, bem como para a propositura da acção de
533 indemnização contra o Estado Português, para ressarcimento pelos prejuízos
534 decorrentes de tal encerramento, existem elementos essenciais que importa,
535 previamente, acautelar. Assim, é necessário apurar as condições bastantes para
536 converter a *legitimidade moral* do Município do Bombarral, lesado pelo
537 encerramento do tribunal Judicial do Bombarral, em Legitimidade judiciária activa, a
538 qual lhe permite assumir as vestes de Requerente de Providência cautelar ou
539 mesmo de Autor de Acção contra o Estado; Concretizada esta, importa então
540 identificar e atacar as concretas invalidades que afectem um acto administrativo
541 lesivo de direitos do Município, sendo fulcral a existência deste, uma vez que a
542 impugnabilidade afere-se por referência a actos administrativos e não a actos
543 legislativos, cuja sindicância está, por força do Estatuto dos Tribunais
544 Administrativos e Fiscais, excluída dos Tribunais Administrativos. Importa assim
545 atacar actos administrativos que vêm a decorrer da reforma do mapa judiciário,
546 actos concretos e directamente lesivos; É ainda, por fim, necessário concluir a
547 indagação dos prejuízos concretos a reclamar em sede administrativa. Posto isto,
548 consideramos que estas medidas preparatórias não podem ser entendidas como um
549 desrespeito da decisão da Assembleia Municipal, pelo contrário: A Assembleia
550 decidiu o caminho, é apenas essencial verificar o cumprimento dos pressupostos e
551 requisitos técnicos e formais que o permitem devida e efectivamente percorrer.”-----
552 -----O senhor vice-presidente da Câmara, relativamente aos armazéns
553 municipais, disse que já foi feito o levantamento topográfico e vai ser feito um
554 projecto para que todos os serviços possam ser transferidos para o estaleiro de São
555 Brás, de modo a poderem rentabilizar equipamentos, pessoal e materiais. Nesse
556 estaleiro ficará a central de massas asfálticas a frio. Para este ano estão a tentar
557 fazer melhorias a nível das instalações sanitárias e do refeitório. -----

ATA N.º 04/2014 – Reunião de 18 de Junho de 2014

558 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse quando se falou na Pisoeste falou-se
559 na dívida de outro concelho. Essa dívida aconteceu na Lourinhã, concelho
560 governado por elementos do PS durante anos a fio que cumulativamente eram
561 administradores da Pisoeste. A dívida da Pisoeste é assumida por outros concelhos,
562 mas o senhor José Manuel Custódio não soube administrar o concelho dele e nós
563 andamos a pagar para ele ser reeleito. Isto é um acto de gestão do PS e de uma
564 Câmara Municipal do PS. -----

565 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) questionou quais são os terrenos
566 vendidos. Sobre as obras o senhor Presidente da Câmara disse que estavam na
567 fase final dos pagamentos mas aquilo que perguntou era quais as soluções futuras
568 para quando os fundos europeus vierem e, caso não venham, quais as soluções.
569 Lembrou que o passado é do PSD e só mudam as caras mas não as políticas e é
570 feio dizer-se que se estão a cumprir compromissos de outros tempos porque se
571 mantém o mesmo partido. -----

572 -----O senhor Fernando Lopes (PS) referiu que o senhor Presidente da
573 Câmara não respondeu sobre a instauração da providência cautelar. -----

574 -----O senhor Presidente da Câmara disse que foi explícito quando disse que
575 foi constituído um gabinete com dois altos quadros do Município para
576 desenvolverem uma estratégia e candidaturas. Sobre a providência cautelar pensa
577 ter respondido ao ler a informação do gabinete do Dr. Nuno Pinto Faria. Informou
578 que está marcada uma reunião com o Dr. Paulo Dias Jorge, Dr. Nuno Pinto Faria e
579 Dr.^a Alexandra Gonçalves. Há requisitos técnicos e jurídicos que estão a ser
580 cumpridos e há outros Municípios que têm tido os mesmos constrangimentos. -----

581 -----O senhor Fernando Lopes (PS) requereu que quando entrar a providência
582 cautelar se lhe dê conhecimento. -----

583

584 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:00 horas foi a sessão encerrada e
585 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
586 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

587

588 O Presidente:

589

590 O 1.º Secretário:

591

592 O 2.º Secretário:

593